

# *Jornal* Afubesp

Jornal da Associação dos Funcionários do Grupo Santander, Cabesp e Banesprev

## AFUBESP NA LUTA

ASSOCIAÇÃO LEVA CARAVANA A BRASÍLIA PARA PARTICIPAR DE AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE **PLANO II DO BANESPREV**, QUE TEVE O **SERVIÇO PASSADO** COMO TEMA PRINCIPAL. DIRIGENTES APROVEITARAM A OPORTUNIDADE PARA REIVINDICAR **PAGAMENTO DE ABONO** PARA COLEGAS DO **PLANO V** QUE NÃO ASSINARAM **CLÁUSULA 44**

novembro 2016  
Edição nº 71



**DEPOIS DE NOVE RODADAS DE NEGOCIAÇÃO, FINALMENTE SAI O NOVO ACORDO ADITIVO, QUE PREVÊ REAJUSTE NO PPRS, NA BOLSA DE ESTUDOS, RENOVAÇÃO DOS TERMOS DE COMPROMISSO BANESPREV E CABESP E NOVA CLÁUSULA**

# NENHUM DIREITO A MENOS!

Uma luta continua que a Afubesp vem travando junto com as entidades sindicais é a de impedir a aprovação do PLC 30/2015 no Senado (antiga PL 4330/2004, na Câmara dos Deputados) por representar grande ameaça aos direitos dos trabalhadores, em especial à categoria bancária. Sob o pretexto de regulamentar a terceirização no país, o projeto acaba por legalizar a fraude e a precarização do emprego, pois permitiria as empresas terceirizarem até mesmo sua atividade-fim.

Por isso, funcionários e diretores da Afubesp participam das mobilizações em Brasília sempre que preciso. Foi o que ocorreu mais uma vez, no dia 9 de novembro. Depois de 16 horas de viagem, a caravana da Afubesp se uniu aos bancários em frente ao Supremo Tribunal Federal para pressionar ministros a votarem contra decisão Recurso Extraordinário 958252 impetrado pela Cenibra (Empresa Brasileira de Celulose) contra decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que definiu a terceirização praticada pela empresa como “transferência fraudulenta e ilegal” de mão de obra, com o “nítido propósito de reduzir custos de produção” que pode liberar totalmente a intermediação fraudulenta da mão de obra no país. A pressão fez com que o STF adiasse a votação da pauta, que ainda não tem data definida para ser apreciada.

Em outra frente, o assunto será abordado no

dia 30 de novembro, no Senado com apresentação do relatório do PLC 30/2015, pelo senador Paulo Paim (PT-RS). Ele adiantou que seu projeto vai garantir que não vai ser terceirizada a atividade-fim. Na véspera, o texto será rediscutido com entidades sindicais, que são contrárias ao projeto da forma como foi aprovado na Câmara.

Mas esse não é o único alvo de preocupação dos trabalhadores. Recentemente, o Conselho Nacional de Previdência Social decidiu que, a partir de 2017, as empresas não precisarão mais comunicar acidentes de trabalho que levem a afastamento por até 15 dias e também deixarão de comunicar todos os acidentes de trajeto.

As notificações de acidentes de trabalho são usadas para o cálculo do FAP, o Fator Acidentário de Prevenção. O fundo é calculado de acordo com a quantidade e a gravidade dos acidentes registrados em cada empresa.

Segundo especialistas, com isso, a medida permitirá que empresas economizem entre R\$ 2 bilhões e R\$ 4 bilhões no pagamento de taxas. De outro lado, diminui e enfraquece a Previdência. Sem contar PEC 55, reforma da previdência e tantas outras medidas que prejudicam o trabalhador.

Como se vê, não faltam motivos para estar cada vez mais atentos e mobilizados. Conte com a Afubesp na defesa de seus direitos.

*Diretoria da Afubesp*



Funcionários e diretores da Afubesp foram a Brasília pressionar STF a votar contra terceirização

NELSON EDIÇÃO



Publicação da Associação dos Funcionários do Grupo Santander e Cabesp. Rua Direita, 32, 2º andar, São Paulo, SP, CEP 01002-000. Telefone: 11 3292-1744. Fax: 11 3107-9268. **Presidente:** Camilo Fernandes. **Diretor de Divulgação:** Marcelo Sá. **Redação:** Érika Soares e Leticia Cruz. **Edição geral:** Érika Soares. **Projeto Gráfico:** olhaldesign. **Diagramação:** Thiago Balbi/Publisher Brasil. **Capa:** Paulino Menezes. **Colaboração:** Junior Silva. **Tiragem:** 20 mil exemplares. **Impressão e CtP:** Bangraf.

# Atualizando os boletos

Colegas voltam a pagar valores do Plano Família vigentes em maio

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) suspendeu a tutela provisória que determinava a aplicação dos mesmos percentuais de reajuste incidentes no Plano de Assistência Direta proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo a uma ação civil pública, impetrada pelo Ministério Público, após inquérito que apurou se houve abusividade por parte da entidade na aplicação de 30,44% de reajuste em maio de 2014. Com isso, os associados desembolsaram dinheiro a mais neste mês.

“Em decorrência dessa suspensão serão restaurados os valores das mensalidades vigentes em maio de 2016. Em razão dessa decisão do STJ, fica revogado o reajuste de 8% anteriormente comunicado à ANS e aos beneficiários. Por conseguinte, os boletos e os débitos em conta com vencimento a partir de 01/11/2016 serão emitidos com os novos valores. Aqueles com vencimento em 01/11/2016 serão prorrogados para 05/11/2016. As diferenças não pagas relativas às mensalidades de maio a outubro de 2016 serão cobradas nos termos legais, assim que houver julgamento de mérito e se favorável à Cabesp”, informou a Caixa Beneficente em seu site.

CAMILA DE OLIVEIRA



Em 2014, a Afubesp realizou ato em frente à Cabesp em defesa dos beneficiários do Plano Família

No mês de junho, a Afubesp orientou os colegas do Cabesp Família a não gastarem as diferenças, mas sim guardá-las em poupança, pois se tratava de uma decisão provisória e a Caixa já havia entrado com recurso para derrubá-la.

### Estamos vigilantes

Importante destacar que este processo discutiu se a Cabesp poderia reajustar com esse alto percentual as mensalidades dos usuários, embora tenha patrimônio financeiro superior a R\$ 6 bilhões. O que está em jogo é a sobrevivência do Cabesp Família, que é um plano de excelência, e de toda a instituição.

A Afubesp, que acompanha o caso de perto, travou grande

luta para diminuir os prejuízos dos beneficiários do Cabesp Família: realizou atos, tentou dialogar com a diretoria da Caixa e, depois de não obter êxito, entrou com ação para pedir vistas aos estudos que embasaram o reajuste aplicado em 2014, que foram encaminhados, posteriormente, para um especialista.

A análise dos números mostrou três cenários possíveis para reajuste na época e que a diretoria, inclusive os eleitos, optou pelo mais conservador, de 30,44%. A associação propôs, então, a criação de um Conselho de Usuários para colaborar com a gestão e procurar saídas para o plano - o que foi rejeitado pelo presidente da Cabesp.

# Uma luta da qual não vamos desistir!

Audiência Pública evidencia a importância do aporte do serviço passado no Plano II e encaminha a instalação de mesa de negociação entre as partes até dezembro



FOTOS: PAULINO MENEZES

*Senador Paim recebeu do presidente da Afubesp cartas de colegas que tiveram aumento de até 500% na contribuição extraordinária*

Quando o assunto é déficit do Plano II a primeira referência que vem na mente dos envolvidos sobre o tema é serviço passado. Ou melhor, a falta do aporte do montante devido pelo Santander. Foi isso que se viu na audiência pública ocorrida em 17 de novembro na Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Senado, presidida pelo senador Paulo Paim (PT-RS). Evento que atendeu pedido do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, com apoio da CUT-RS e em parceria com a Afubesp, após uma reunião de aposentados do Banespa na capital gaúcha.

Foram três horas e meia de debates. De um lado, e em maioria, representantes elei-

tos dos participantes no Banesprev e do presidente da Anapar, Antonio Bráulio de Carvalho, dirigentes sindicais de diversas cidades paulistas e de outros estados e das associações (Afubesp e Afabesp) e Tirza Coelho, advogada responsável pela ação judicial que cobra o serviço passado patrocinada pela Afubesp, Sindicato dos Bancários de São Paulo, Contraf e Fetec. De outro, os representantes do Banesprev, da Previc (Superintendência Nacional de Previdência Complementar) e do Santander.

Paim propôs – e todas as partes aceitaram – a instalação de mesa de negociação no prazo de 15 dias com intermediação da Previc.

Para o presidente da Afu-

bsp, Camilo Fernandes, que também é conselheiro deliberativo eleito, levar a discussão do Plano II em âmbito político foi um passo muito importante capaz de demonstrar a dimensão do problema para aqueles que acompanharam o evento, que foi transmitido pelo site da TV Senado. O vídeo, na íntegra, pode ser conferido neste link <https://youtu.be/0GxSWQ0BIWE>

Importante lembrar que a ação do serviço passado corre na Justiça, desde 2013, e está em fase de perícia. Antes de ajuizá-la foram esgotadas as tratativas via negocial.

## Problema é estrutural

A apuração de déficits por anos seguidos no Plano II não são exclusivamente por questões conjunturais como pregam representantes do Santander e do Banesprev. Eles estão relacionados a uma falha ocorrida na criação do Plano II, por parte do atuário e da Secretaria de Previdência Complementar (SPC).

Logo no início da audiência, o conselheiro deliberativo eleito do Banesprev e secretário-geral da Afubesp, Walter Oliveira, fez uma exposição destacando que o déficit atual é de R\$ 1,7 bilhão, valor que já atinge perto de 30% do patrimônio necessário para pagar a todos os participantes e pensionistas. Ele apontou várias causas do déficit, destacando que a principal delas é a falta do aporte.

## Previc autoriza prazo de 17 anos

A partir de dezembro, os participantes e assistidos do Plano II verão diminuir o percentual cobrado a título de contribuição extraordinária (a contratada em 2012/2013), dos ativos cairá de 6% para 4,6% e dos assistidos de 12,6% para 9,7%, ambos em média.

No entanto, infelizmente, o novo déficit referente ao ano de 2015 deverá ser implantado em fevereiro de 2017, devendo o percentual de cobrança voltar próximo aos patamares atuais de 6% para ativos e 12,6% para aposentados, em média.

Importante lembrar que o Banco desejava implantar o novo déficit no meio deste ano e só não o fez devido a grande resistência dos eleitos, apoiados pela Afubesp que se basearam na Resolução atual de equacionamento de dívidas, o que permitiu o respiro até o início do próximo ano.

Estão sendo estudados pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) novos prazos de equacionamento de déficits. Haverá uma nova reunião sobre o assunto no dia 12 de dezembro.

Em resposta as alegações dos representantes do Banco, do Banesprev e Previc, que tentaram negar a existência da dívida, em suas últimas considerações atestou: “Não é possível que não haja serviço passado se houve pessoas aposentando com poucos meses de contribuição, sem a devida constituição de reservas. Sem esse aporte, fica difícil manter o plano”, alertou Oliveira.

### Equacionamento de déficits

A falta desse montante reflete diretamente nos altos valores cobrados de contribuições extraordinárias, que estão cau-

sando grande perda de renda aos participantes. A forma de contribuição implantada em abril de 2016 causou variações de 500% em alguns casos.

Durante a audiência, Camilo Fernandes citou exemplos do impacto na vida dos participantes do Plano II – chegando inclusive a comprometer despesas básicas como moradia, alimentação e medicamentos – com o pagamento das contribuições extraordinárias e protocolou uma carta, junto ao Senador Paim, com várias cópias de correspondências que foram remetidas à Previc pelos participantes.

“Foram mais de 700 correspondências encaminhadas. Há um caso de um colega que contribuía mensalmente com R\$ 132,00 e agora paga R\$ 593,00. Outro contribuía com R\$ 102,00 e passou a pagar R\$ 499,00”.

Na oportunidade, Oliveira comentou uma vitória recente em que a Procuradoria Federal da República autorizou a utilização do prazo de 17 anos para equacionar os déficits contratados. “Mas nosso pleito, que não foi respondi-

do até hoje pela Previc, é que a autarquia reveja o prazo de financiamento dos déficits retornando ao prazo de amortização ao contratado em 2012, onde se utilizou a vida média do plano de benefícios, correspondente a 27 anos”. Veja mais no quadro ao lado.

“O Santander é um banco muito lucrativo. Ano passado, lucrou R\$ 6,6 bilhões. Este ano, já acumula R\$ 5,3 bilhões até setembro e possivelmente vai lucrar mais. O banco tem dinheiro e, aliás, manda boa parte dele para a Espanha. Como uma instituição com um lucro desses mantém funcionários e aposentados arcando com contribuições insuportáveis?”, indagou o secretário de Comunicação da CUT-RS e diretor da Afubesp, Ademir Wiederkehr, um dos idealizadores da audiência.

## Pelo pagamento de abono ao Plano V

Durante a audiência pública, vários dirigentes se manifestaram contra outra atitude do banco que é prejudicial aos banespianos, mais especificamente aos colegas do Plano V que não assinaram a Cláusula 44 do Acordo Coletivo de Trabalho do Banespa 2004/2006, e optaram por continuar recebendo seus reajustes seguindo a categoria bancária.

Eles reivindicaram que o Banco pague o abono de R\$ 3.500,00 a esse grupo de aposentados, pois eles tiveram migração compulsória para o Banesprev e como não abriram mão do regulamento de pessoal têm direito a receber. Posteriormente, o presidente da Afubesp cobrou posicionamento do banco em negociação sobre aditivo. Representantes disseram que assunto ainda está em debate internamente.

*Walter Oliveira fez apelo à Previc para rever o prazo de financiamento do déficit*



# Garantia de progressos no Acordo Aditivo

Avanços contemplam bolsas de estudo e parcelamento do adiantamento das férias. Condições de trabalho ainda são preocupação

Foi uma longa e exaustiva série de negociações com o objetivo de renovar o acordo aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) do Santander, mas enfim há avanços para os trabalhadores. Após nove rodadas de negociação, a Comissão Executiva dos Empregados e os representantes do Santander chegaram em 22 de novembro a um consenso sobre alguns pontos de reivindicação.

De acordo com a diretora da

Afubesp e coordenadora da COE, Maria Rosani, são conquistas em pontos-chave da pauta. “Conquistamos reajustes no PPRS, nas bolsas de estudo e avançamos com uma cláusula nova, que garante o parcelamento do adiantamento das férias. São reivindicações importantes para os empregados que estão sendo atendidas”, avalia.

O aditivo, assim como o acordo fechado com a Fenaban na Campanha 2016, terá validade de dois anos: 2016 e 2017 e é um instrumento para

os bancários do banco espanhol, que garante direitos ainda não previstos na CCT da categoria (é o único banco privado a contar com um aditivo). Com a aprovação dos trabalhadores do banco em assembleia, a renovação garante também o compromisso da patrocinadora com a Cabesp e o Banesprev.

Para as bolsas de estudo, os trabalhadores conquistaram a correção das bolsas de graduação e pós pelo índice da Fenaban: 8% em 2016 e, em 2017, INPC mais 1% de aumento real. Vale ressaltar que os funcionários do Santander têm direito a 2.500 bolsas, sendo 2 mil para graduação e 500 para pós - resultado da mobilização dos trabalhado-

*Negociação realizada em 22 de novembro terminou em consenso entre representantes dos funcionários e do banco, depois de nove rodadas de debates*



res junto a seus sindicatos. As bolsas são concedidas mediante critérios sociais como maior tempo de casa, menor salário e maior número de dependentes. Ou seja, não fica a critério do gestor.

O Programa de Participação nos Resultados do Santander (PPRS) terá reajuste de 9,13% em 2016, que equivale a R\$ 2.200. Em 2017, o programa terá a correção da inflação (INPC) mais 1% de aumento real. O acordo garante que todos os bancários do Santander receberão R\$ 2.200 de PPRS referente ao ano de 2016 (o crédito é em março de 2017).

Já os trabalhadores que são elegíveis à remuneração variável (o que ganham pelo cumprimento de metas acordadas com o banco) receberão o valor que for maior. Por exemplo, se pelos programas próprios de remuneração variável ele receberia R\$ 1.500 em 2016, passa a receber os R\$ 2.200 do PPRS. Mas se sua remuneração variável corresponde a R\$ 5 mil, receberá os R\$ 5 mil. “O importante é que esses R\$ 2.200 já estão acordados no aditivo, ou seja, ninguém receberá menos que isso”, explica Maria Rosani. Nenhum programa de remuneração variável do Santander é descontado da PLR da Fenaban.

Em uma nova cláusula sobre férias, o aditivo garante aos trabalhadores do Santander o parcelamento, em três vezes, do adiantamento das férias, caso façam essa opção. “Foi uma conquista importante, pois evita que o bancário receba o holerite zerado no mês seguinte às suas férias”, diz Rosani.

### Condições de Trabalho

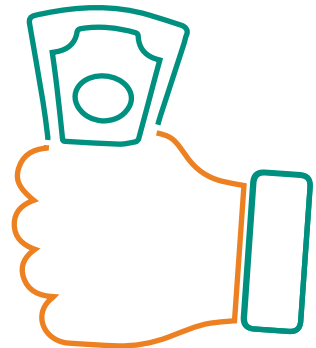
Os temas relacionados a me-

## CONQUISTAS

### BOLSAS DE ESTUDOS



### PROGRAMA PRÓPRIO DE RESULTADOS SANTANDER (PPRS)



### PARCELAMENTO DO ADIANTAMENTO DAS FÉRIAS



tas abusivas e condições de trabalho ficaram sem avanços, por enquanto. Segundo Rosani, as questões serão debatidas em uma mesa já agendada para dezembro, em dia a ser definido.

A dirigente informa que nessa mesa serão discutidos problemas como as campanhas de vendas que são criadas a qualquer momento, e que concorrem com as metas já contratadas. “O trabalhador fica enlou-

quecido porque além de bater as metas da remuneração variável, tem de bater as das campanhas. Isso gera adoecimento e assédio moral, portanto, temos de encontrar soluções para isso.”

Apesar do acordo, os fóruns de Saúde e da CRT, espaços permanentes de negociação com o banco, continuarão a ocorrer.

Para outras informações, visite [www.afubesp.org.br](http://www.afubesp.org.br)

# Exposição e teatro no Qualidade de Vida

“Ocupação Cartola” e peça “Peer Gynt” foram as atrações de outubro

Uma imersão na cultura. Essa foi a proposta do Programa Qualidade de Vida na edição de outubro, levando cerca de 40 pessoas em dois eventos pra lá de interessantes. Para começar uma visita à exposição Ocupação Cartola, que esteve em cartaz no Itaú Cultural. A mostra passeou pela história e obra do sambista, compositor e poeta em sete setores, que foram explorados com atenção pelos colegas.

Quem não era fã de carteirinha, teve grande chance de tornar-se ao conhecer mais sobre a vida de Cartola, pois o trabalho da curadoria foi impecável na seleção de poemas, músicas e imagens, que revelaram a simplicidade de como vi-

veram - ele e sua esposa Dona Zica -, a genialidade do artista e fidelidade às suas origens.

A segunda parte do dia foi de teatro! Os colegas dirigiram-se para o Teatro Sesi para assistir “Peer Gynt”, uma peça baseada em folclore norueguês, que narra a trajetória de um jovem fantasioso e contador de histórias. “Peer Gynt é a costura mais bem urdida entre fantasia e realidade”, diz seu diretor Gabriel Villela.

Com 15 artistas no elenco, belos figurinos e uma seleção de músicas que passeia de Noel Rosa a Beatles, a peça foi apreciada pelos participantes do Qualidade de Vida e ainda pode ser conferida por aqueles que não puderam acompanhar o grupo. Ela se-

gue no Teatro Sesi até dia 18 de dezembro.

## Mais aprovações

Após 10 anos de atividades, o Qualidade de Vida segue sua jornada sempre recebendo novos participantes. Na edição de outubro, o casal Valdeci e Fátima Justiça, que já sabiam do programa, mas nunca tinham participado, conseguiram se juntar ao grupo e aprovaram a iniciativa.

“É bem legal já pelo simples fato de reencontrar amigos. Torna-se ainda melhor com a formação cultural que nos proporciona”, disse Fátima.

*Fátima e Valdeci na Ocupação Cartola. Casal recomenda participação no programa*



FOTOS AMANDA FLOR

*Mais de 30 pessoas aproveitaram as duas atividades culturais propostas pelo Qualidade de Vida*

